



GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de conteúdos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

Bandeirantes e indígenas na construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (1938-1942): representações e narrativas em conflito

Autoria: Jordanna Fonseca Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Com base no arquivo ?Coleção BAND?, é possível propor uma reflexão acerca das representações dos bandeirantes e dos povos indígenas durante o período de ereção do Monumento aos Bandeirantes na nova capital do Estado de Goiás, unidade federativa do governo brasileiro. Posteriormente, veremos como este Monumento é lido pela composição urbana contemporânea. Este Monumento foi idealizado por elites paulistanas entre os anos 1938-1942 menos de uma década após a fundação da nova capital, Goiânia, que ocorreu em 1933. A Campanha Pró-Monumento revela indícios de uma autorrepresentação nacional (PACHECO DE OLIVEIRA, 2015) dos bandeirantes firmada nas concepções heroicas de desbravadores do sertão, sempre os exaltando ao patamar mitológico de ?deuses do gibão e couro? (Coleção BAND, 1938). Já os indígenas são vinculados à natureza, ao primitivismo do vazio inexplorado do ?sertão?. Essas representações foram elaboradas por intelectuais, acadêmicos, políticos e sobretudo catedráticos das universidades e instituições culturais, tais como museus, Institutos Histórico e Geográfico, entre outras. Salta aos olhos seu pertencimento ao âmbito cultural paulista, mas também carioca, à época capital federal do país. O Monumento aos Bandeirantes é tombado, pela lei municipal, como patrimônio da cidade de Goiânia. Não há em curso processos de destombamentos. Todavia, inscrevem-se na estátua novas narrativas que pretendem ganhar força no espaço urbano, nas formas de pichações, inscrições, manifestações políticas e simbólicas (como atear fogo próximo à estátua). Ademais, o movimento indígena da cidade, em geral atrelado ao movimento estudantil, mobiliza atividades para reclamar o fim da homenagem ao bandeirante, proclamando: ?Derruba o Bandeirante!?. A estátua, atualmente, encontra-se ilhada entre avenidas de grande circulação viária, que abrigam o BRT Eixo Anhanguera (leste-oeste) e o novo BRT em construção (Norte-Sul).



Nesse sentido, a aproximação física da estátua é possível apenas em momentos de protestos ou mobilizações sociais (como o carnaval). Ícone da cidade até o final dos anos 1980, a estátua aparece como símbolo da nova capital, pioneira da modernidade no planalto central. Pretendemos discutir, portanto, as representações dos bandeirantes e dos indígenas no período de ereção da estátua e refletir sobre os novos usos e apropriações deste patrimônio tombado realizados pelos/as cidadãos/ãs de Goiânia.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: